

## CORPO ESCRAVIZADO E DISCURSO MÉDICO: PARA ALÉM DA ANATOMIA (1830-1850)

Iamara da Silva Viana<sup>1</sup>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Departamento de História

**Resumo:** Apresentamos, neste artigo, reflexões acerca do corpo escravizado, a partir do discurso médico acadêmico, tendo por base o conceito de discurso proposto por Michel Foucault, entendendo-o da seguinte forma: “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo”. No cenário construído no século XIX, o discurso médico, como um dos saberes de cura, estava em disputa com as práticas populares. Estas exercidas por escravizados, libertos e brancos pobres. Para tanto, utilizaremos como fonte principal o *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros* (1839) de Jean-Baptiste Alban Imbert que será comparado à obra de José Francisco Xavier Sigaud, *Do Clima e das doenças do Brasil ou Estatística médica deste império* (1844). Ambos médicos franceses que fizeram do Império do Brasil local de trabalho de estudos acerca dos corpos escravizados.

**Palavras-chave:** Corpo escravizado; Discurso médico; Escravidão.

### ENSLAVED BODY AND MEDICAL DISCOURSES: BEYOND ANATOMY (1830-1850)

**Abstract:** In this article, we ponder on the enslaved body, as of the academic medical discourse, based on the concept of discourse proposed by Michel Foucault, understanding it as follows: “every educational system is a political manner of maintaining or modifying the appropriation of discourses, with the knowledges and powers they bring with them”. In the scene built in the 19th century, the medical discourse, as one of the cure knowledges, was in disputation against popular practices. These ones exercised by enslaved, released and poor whites. To achieve our goal, we use, as main source, the *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros* (1839), de Jean-Baptiste Alban Imbert, which is compared to the work of José Francisco Xavier Sigaud, *Do Clima e das doenças do Brasil ou Estatística médica deste império* (1844). Both are French doctors, who had made of the Empire of Brazil their work and study place concerning enslaved bodies.

**Keywords:** Enslaved body; Medical discourse; Slavery.

### Introdução

A medicina no Brasil, no século XIX, estava por iniciar um longo processo de legitimação e, a ele, contrapunham-se as práticas populares de cura. As pesquisas e experiências de médicos, brasileiros e estrangeiros, contribuíram para a expansão do conhecimento medicinal acadêmico. Para tanto, contaram com corpos, muitos dos quais escravizados, que foram retratados nas teses médicas, nos jornais de medicina e também nos distintos manuais. Contudo, nos perguntamos em que

---

<sup>1</sup> E-mail: ia.sviana@gmail.com.

medida, tais corpos foram utilizados pelos médicos de modo geral, e, especialmente, no que se refere ao Manual produzido por Jean-Baptiste Alban Imbert, médico francês que chegou ao Império do Brasil em 1831? Especificamente, o modo como esse corpo escravizado fora abordado, entendido e medicalizado no contexto político, social e econômico, em terras brasileiras, entre os anos 1830 e 1850.

As proposições do médico francês, Jean-Baptiste Alban Imbert, sobre doenças que acometiam os escravizados no Rio de Janeiro do século XIX, analisadas em seu *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros*, com edições em 1834 e 1839, são, aqui, nossa fonte principal de análise. A mesma nos remete à aplicabilidade e utilidade de seu discurso, na escravidão rural na primeira metade do século XIX. O discurso médico, embora em disputa e tensão com outros saberes de cura, tentou legitimar-se como oficial com a chancela do conhecimento acadêmico. Tentava destacar-se por meio do poder de sua constituição, nos termos de Foucault, tendo em vista que em qualquer sociedade as relações de poder existem e são múltiplas, elas “atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”.<sup>2</sup> Contudo, as tensões existiam posto que as construções sociais desde o tempo colonial tiveram por base as culturas indígena, africana e europeia. Muitos populares preferiam os não acadêmicos, não somente pelos altos preços das consultas dos doutores em medicina, mas pela crença de cura promovida por meio de diferentes elementos que envolviam a cultura religiosa.

A publicação da primeira edição do Manual de Imbert ocorreu três anos após a primeira lei do fim do tráfico negreiro transatlântico. A pressão inglesa pelo fim do tráfico transatlântico de escravizados africanos havia aumentado, implicando diretamente em questões econômicas e políticas. A análise do discurso de Imbert, em cotejo com outras fontes, tem como objetivo central compreender:

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. **Soberania e Disciplina**: discurso do Collège de France, 14 de Janeiro de 1976. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 179.

quais os diferentes usos do saber médico acadêmico aplicado no auxílio a fazendeiros distantes do centro comercial e político do Império do Brasil; e como se dava o emprego das recomendações de tratamento e cura para escravizados, tendo em vista, mormente, o alto preço após o 7 de novembro de 1831. Nesse contexto, a produção cafeeira alastrava-se pelo Vale Paraíba Fluminense, aumentando a demanda por terras e mão de obra. Desse modo, sua escrita privilegiou mensurar conhecimentos sobre o corpo escravizado, suas doenças e cuidados com o parto, organizados didaticamente, facilitando a leitura e o entendimento do seu público-alvo, os proprietários de fazendas e cativos.

José Francisco Xavier Sigaud, formado em Estrasburgo foi o responsável pela leitura e aprovação de Imbert na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Teve nesta cidade atuação relevante no âmbito da medicina, tendo participado da primeira das “sessões da reunião preparatória, I sessão de 18 de maio de 1829” que levou a formação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), mas tarde convertida na Academia Imperial de Medicina. A mesma ocorreu na residência de doutor Jozé Francisco Sigaud, “sita na rua do Rosário no. 185, 7h da noite (casa do mesmo)”.

A análise do discurso de Imbert, e também de Sigaud, em cotejo com outras fontes, tem como objetivo central compreender quais os diferentes usos do saber médico acadêmico aplicado no auxílio a fazendeiros distantes do centro comercial e político do Império do Brasil; e como se dava o emprego das recomendações de tratamento e cura para escravizados, tendo em vista, mormente, o alto preço que alcançaram após o 7 de novembro de 1831. Nesse contexto, a produção cafeeira alastrava-se pelo Vale Paraíba Fluminense, aumentando a demanda por terras e mão de obra. Desse modo, tal escrita privilegiou mensurar conhecimentos sobre o corpo escravizado, suas doenças e cuidados com o parto, organizados didaticamente, facilitando a leitura e o entendimento do seu público-alvo, os proprietários de fazendas e cativos.

### **Os médicos e suas trajetórias**

Refletindo sobre o papel do indivíduo na História, e sem a pretensão de dar conta de todas as redes e conexões por ele estabelecidas, em uma ou várias

sociedades, apresentamos alguns elementos possíveis de serem constituídos sobre um sujeito histórico.<sup>3</sup> Conhecendo, pois, a impossibilidade de “escrever uma vida, que as linhas ordenadas de um texto podem expressar inúmeros, descontínuos e contraditórios fios de uma vida pessoal”,<sup>4</sup> acreditamos, contudo, na possibilidade de estabelecer uma relação entre o indivíduo, sua obra e seu contexto histórico, a partir do cruzamento de diferentes fontes. Relação que demonstra díspares tensões constituídas mediante experiências diversas em dessemelhantes espaços e tempos.

Imbert nasceu e foi batizado em vinte e três de junho do ano de mil setecentos e oitenta e sete, dois anos antes do início da Revolução Francesa, iniciando, assim, sua trajetória de vida.<sup>5</sup> Filho natural e legítimo de Balthásard Henri Pierre Imbert e Anne Rose Amic, não pertencera a uma família tradicional de médicos, constituída durante várias gerações, diferentemente do que indicou Carlos da Silva Araujo em *Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil*.<sup>6</sup> Seu pai fora notário real e pertenciam a uma das famílias mais abastadas de *Le Beausset*, Departamento de Du Var. Formou-se médico pela Faculdade de Medicina de Montpellier, em 1815, com tese intitulada *Essai sur L'Apoplexie*<sup>7</sup> e, no âmbito político, atuou como prefeito de sua cidade, entre os anos de 1820 e 1824.

As dessemelhantes relações sociais construídas, a cultura, os anos de estudo, as práticas, médica e política, ainda na França foram determinantes em suas escolhas, ao escrever diferentes obras no Império do Brasil. Da mesma forma, influenciaram seus vínculos pessoais, profissionais e políticos. Enquanto sujeito inserido numa sociedade, ocupando lugar privilegiado, e tendo que lidar com mudanças políticas, que, em certa medida, desconstruíram uma visão de mundo, Imbert conviveu com distintas perdas. O seu local de origem, provavelmente, foi um dos fatores a influenciar a escrita do *Manual do Fazendeiro*, posto que tratou de

---

<sup>3</sup> SCHMIDT, Benito. Grafia da Vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História UNISINOS**, v. 8. n. 10. jul/dez. p. 131-142, 2004.

<sup>4</sup> *Ibidem*. p. 131.

<sup>5</sup> Certidões Cíveis. Archives Départementales du Var. Draguignan, França.

<sup>6</sup> ARAUJO, Carlos da Silva. **Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Continente, 1979. p. 224.

<sup>7</sup> Arquivo da Faculdade de Medicina de Montpellier. Montpellier, França.

identificar-se com os fazendeiros que estavam distantes do centro político e administrativo da cidade-corte.<sup>8</sup> Não por acaso, sua cidade de origem, no sul da França, distanciava-se muito da Paris ao norte, entretanto, a vida política e intensa refletia-se nas tensões cotidianas da pequena Beausset, de forma a influenciar sua vinda para o Império do Brasil.

No Rio de Janeiro, três anos após sua chegada, escreveu o *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros, generalizado às necessidades médicas de todas as classes*. Em 1839, publicou a segunda edição, por ter sido a primeira, segundo suas próprias palavras, “um grande sucesso”.<sup>9</sup> Fora aumentada em um volume e publicada pela Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, composta por uma introdução, dez títulos e quarenta capítulos, todos organizados por seções ou classes, totalizando 688 páginas. Podia ser adquirido pelo valor de 8.000\$, na casa do autor, à rua da Quitanda, número 61, ou na casa de Laemmert, livreiro, na mesma rua, número 77, ou, ainda, na de Agostinho de Freitas Guimarães, rua do Sabão, número 26.<sup>10</sup> O Manual do Fazendeiro teve como tradutor José Maria Frederico de Souza Pinto (1806-1854), português naturalizado em 1854. Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, pela Faculdade de São Paulo, em 1833, atuou como comerciário e advogado, tendo sido também fundador da IAB, Instituto dos Advogados do Brasil, e membro do Conselho Diretor da primeira gestão, faleceu em Vassouras, Vale do Paraíba Fluminense.<sup>11</sup>

Sua produção escrita se estendeu em muitas outras obras, dentre as quais destacamos: *Ensaio higiênico sobre o clima do Rio de Janeiro* (1837); *O Charlatanismo: uma palavra sobre o charlatanismo e os charlatães* (1837) e o *Guia médico das mães de família ou A infância considerada na sua hygiene, suas moléstias e tratamentos* (1843). Na Academia Imperial de Medicina, apresentou duas memórias: *Quelques réflexions sur la sensibilité* e *Des consultations clinique de Ce*

---

<sup>8</sup> IMBERT, J. B. A. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1839. Introdução. p. 1.

<sup>9</sup> Ibidem. p. XVI.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Instituto dos Advogados Brasileiros. 150 anos de História. Disponível em: <<http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-2362.pdf>>. Acesso: 31 ago. 2014.

*qu'ells sont à Rio de Janeiro et de ce qu'elles devraient être.*<sup>12</sup> Exerceu a medicina no Rio de Janeiro até o ano de 1843, segundo Carlos da Silva Araujo.<sup>13</sup>

Doença não mencionada nos jornais do Império do Brasil fez com que Imbert retornasse à França. Segundo a edição número 159 do *Diário do Rio de Janeiro*, publicado no dia 20 de julho de 1843, J. J. Dodsworth realizaria um leilão no dia subsequente às “3 horas da tarde em ponto”, na Rua da Alfandega, número 28. O afastamento seria “temporário” para tratar de sua saúde. Todavia, a edição 162 do mesmo jornal reitera a decisão de partida do doutor: “o abaixo assignado, tendo alugado ao Sr. doutor Imbert a sua casa n. 61, sita na Rua da Quitanda, por espaço de seis annos, que termina em o de 1844, previne o respeitável público que, findo este prazo, não fará novo trato – Joaquim de Brito e Oliveira”. O proprietário informa que, após o egresso de Imbert, sua casa não mais seria alugada.

Jean-Baptiste Alban Imbert, antes de sua partida do Rio de Janeiro, leiloa parte de seus bens, contudo, outros permaneceram para um possível regresso. Afinal, ele iria à França “temporariamente” tratar sua moléstia. Com o agravamento da mesma, recomenda ao seu curador que leiloe escravizados deixados na cidade-corte. A edição do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, número 6819, publicado numa sexta feira, 17 de janeiro de 1845, anuncia o leilão extraordinário de quatro escravizados, a ser realizado na Rua da Quitanda, número 112, sobrado. Frederico Guilherme, da ordem de C. Tanière, foi o responsável pelo feito ocorrido em 21 do mesmo mês às 10h30. Foram à leilão: “duas raparigas que costuram, engomam e lavam de sabão; um moleção, bom bolieiro e de boa forma; e um preto cozinheiro, idoso”.<sup>14</sup> Segundo o anúncio, Imbert “tinha reservado estes escravos na esperança de voltar ao Brasil, porém achando-se impedido pelo mal estado de sua saúde, resolveu-se a dar ordens para que sejam arrematados impreterivelmente”.<sup>15</sup>

O leilão, por ser extraordinário, pressupõe algo inesperado, fato confirmado pelo descrito logo abaixo, qual fosse, o mau estado de sua saúde, indicando o agravamento de sua enfermidade. A descrição dos escravizados apontam indícios

---

<sup>12</sup> IMBERT, J.B.A. **Uma palavra sobre o Charlatanismo e os charlatões**. Rio de Janeiro: Typ. de J. S. 1847.

<sup>13</sup> ARAUJO, Carlos da Silva. **Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Continente, 1979. p. 224.

<sup>14</sup> **Diário do Rio de Janeiro**. Edição 6819. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> Idem.

do seu modo de vida e cotidiano na Corte imperial. Todos exerciam ofícios domésticos específicos e, com exceção do cozinheiro, todos jovens. Embora afirmasse na introdução do seu *Manual do Fazendeiro* ser a escravidão um negócio malfazejo, suas tradições familiares o fizeram ver aqui no Império do Brasil a possibilidade de viver entre nobres, em estado de religião católica e desfrutar do que era oferecido: o trabalho escravizado doméstico.

Cinco anos após o leilão mencionado acima, o doutor em medicina Jean-Baptiste Alban Imbert faleceu, aos sessenta e três anos, em *Beausset*, Vila de Toulon, cidade onde nascera, constituíra família e atuara politicamente. O assento, de número 36, informa ter ocorrido o óbito no dia dezessete de junho de 1850, às nove horas da noite.<sup>16</sup> Mesmo ano em que a lei Euzébio de Queiroz foi promulgada no Brasil, extinguindo o tráfico transatlântico, após vinte anos da primeira lei e da chegada do médico francês ao Império do Brasil. Infelizmente, o registro não nos informa a causa da morte, motivo pelo qual saíra do Brasil e retornara às suas origens.

Tendo em vista que seu *Manual do Fazendeiro* se dirigia àqueles que estavam distantes dos socorros da corte, para atender suas famílias e escravizados, principalmente desenvolvendo um saber com base nos conhecimentos da medicina acadêmica, para escolher um cativo, no momento da compra, durante o tráfico ilegal, Imbert não vivencia o fim efetivo do tráfico transatlântico. Mas, certamente, seus ensinamentos foram favoráveis aos que mantiveram sua produção cafeeira nas fazendas em alta escala, ao conseguirem elevar ao máximo a vida útil de seus escravizados, a partir de uma racionalização, tendo por base o saber médico acadêmico.

José Francisco Xavier Sigaud médico francês chegou ao Império do Brasil em 7 de setembro de 1825, “trazendo uma carta do ministro dos Negócios Estrangeiros da França endereçada ao cônsul geral daquele país no Rio de Janeiro. A carta recomendava-o como médico e naturalista interessado em clinicar e em desenvolver estudos de história natural pelo interior do Brasil”.<sup>17</sup> Produziu *Do*

---

<sup>16</sup> Archives Départementales du Var. Draguignan, França.

<sup>17</sup> SIGAUD, J. F. X. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 19.

*Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império*, publicado em 1844. O título de doutor foi obtido no ano de 1818, pela Faculdade de Medicina de Strassburgo, com a tese sobre tísica laríngea. Sua carreira teve início no Hospital Geral de Caridade de Lyon atuando como cirurgião-interno. Imigrou para o Brasil no contexto político “antibonapartista, que caracterizou o reinado de Carlos X na França”.<sup>18</sup>

Ao chegar no Rio de Janeiro, Sigaud estabelece laços de solidariedade com compatriotas. O livreiro e editor Pierre Plancher foi um deles, e assim como Sigaud, havia imigrado para o Brasil por razões políticas. Tornou-se o principal colaborador de Plancher no *Spectador Brasileiro*, afinal, trazia consigo experiência no ofício de editor. Em 1827 participou do principal e mais famoso “empreendimento comercial de Plancher, o Jornal do Commercio”. A relevância desses dois indivíduos é significativa, posto que, juntos constituem os principais nomes da “história da imprensa brasileira do Primeiro Império e do Período Regencial, particularmente para a história do periodismo médico”. Afinal, tiveram a ideia de publicar o primeiro periódico médico brasileiro: *O Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828). Em 1835 lançaram o *Diário de Saúde*.<sup>19</sup>

Contudo, Sigaud ficou conhecido no Rio de Janeiro como clínico e periodista. Sua atuação como “secretário da Real Academia de Medicina de Marseille e a de editor de periódicos médicos fez com que fosse procurado para participar da criação da SMRJ”,<sup>20</sup> como mencionamos acima. Teria sido o principal formulador das ideias higienistas que esta instituição defendeu ao longo de sua existência.

### **Os Manuais e sua aplicabilidade**

*O Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros, generalizado às necessidades médicas de todas as classes*, em sua edição de 1839, apresenta seu autor na contracapa: o doutor Jean-Baptiste Alban Imbert, e seu currículo, que demonstrava sua relevância e, conseqüentemente, da obra:

---

<sup>18</sup> Ibidem. p. 19.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Ibidem.

doutor em medicina da Faculdade de Montpellier, confirmado pela do Rio de Janeiro, em virtude do Artigo 14 da Lei de 3 de outubro de 1832, membro honorário da Sociedade Real de Medicina de Marseille; membro efetivo das Sociedades Auxiliadora da Industria Nacional, e literária do Rio de Janeiro, e antigo Cirurgião Ajudante Maior da Marinha Imperial Francesa.<sup>21</sup>

O manual fora pensado e escrito para atender às demandas relativas ao corpo enfermo de fazendeiros e seus escravizados distantes da Corte, e, sobretudo, das atenções médicas, na maioria das vezes. Esta segunda edição, após sofrer revisão do próprio autor, apresentou maior desenvolvimento, ao sofrer “correções necessárias e modificações indispensáveis”. É, especialmente, um tratado de medicina doméstica, apontando soluções para moléstias que poderiam ser encontradas no pomar da fazenda, ou mesmo na cozinha ou despensa.

Não por acaso, Imbert seleciona elementos, em certa medida, simples e facilmente encontrados, afinal, escreve para um público leigo. Pedagogicamente, constrói seu Manual com lições sobre anatomia, doenças, medicamentos, partos e, aliado a tudo isso, descreve sua visão de mundo sobre a escravidão no Brasil, o corpo escravizado e sua importância econômica para o proprietário. Assinale-se que o debate sobre o fim da escravidão transcorria a passos largos, após a publicação da lei de 1831.

A obra *Do clima e das Doenças do Brasil*, de Sigaud, tem início com uma carta ao Imperador e, posteriormente, uma introdução. Dividida em quatro partes, apresenta o que seriam as questões mais relevantes, concernentes aos cuidados relativos ao corpo. A Primeira Parte, Climatologia, compõe-se de seis capítulos: Da temperatura e do Calor Solar; Da Umidade e das Chuvas; Da Eletricidade, Dos Ventos; Dos Meteoros Aquosos – Das Trombas – Das Neblinas e Observações Geológicas – Produções do Solo. A Segunda Parte, Geografia Médica, divide-se em sete capítulos: Da alimentação e da Aclimação; Das doenças dos Índios e da Medicina dos Jesuítas; Das Doenças dos Negros; Das Doenças dos Operários das Minas de Ouro e de Diamantes; Dos Curandeiros; Das Doenças Endêmicas e Das Doenças Epidêmicas.

---

<sup>21</sup> IMBERT, J.B.A. **Manual do Fazendeiro...** Op. Cit. 1839, p. 2.

A terceira parte – Patologia Intertropical – trata em seus onze capítulos sobre: Das Febres; Das Febres Intermitentes; Doenças dos Pulmões – Tísica Pulmonar; Doenças dos Órgãos do Baixo-Ventre; Doenças do Cérebro e da Medula Espinhal; Das Doenças Nervosas; Das Doenças dos Olhos; Das Doenças da Pele; Doenças dos Órgãos Geniturinários; Doenças Gerais e Especiais e Das Mordidas de Cobra e dos Envenenamentos. A quarta e última parte, trata da Estatística Médica em doze capítulos: Da População – Das Raças; da Longevidade e da Mortalidade; Da Legislação Sanitária; Dos Estabelecimentos Científicos; Dos Estabelecimentos de Caridade; Das Águas Minerais; Da Farmácia e da Matéria Médica; Da Vacina; Estatística Cirúrgica; Dos Cemitérios e das Sepulturas; Biografia dos Médicos, Cirurgiões e Naturalistas do Brasil e Bibliografia.<sup>22</sup>

Neste último capítulo, Sigaud aponta as obras de medicina, de cirurgia e de história natural que foram publicadas no Brasil, até o ano de 1843. O Manual do Fazendeiro de Imbert é mencionado no ano de 1839, ou seja, sua segunda edição. De forma semelhante à Imbert, diferentes autores foram utilizados para compor sua obra, que refletiu sobre as díspares províncias do Império do Brasil; no caso de Imbert, isso se aplica com mais veemência às plantas medicinais, e o nome recebido por cada uma nas diferentes províncias.<sup>23</sup>

### **O Corpo escravizado e as Artes de Curar**

A primeira metade do século XIX foi cenário de amplas e diferenciadas construções e reconstruções para a medicina. Os médicos buscavam o reconhecimento social, para atuarem a partir de seus conhecimentos acadêmicos, estes entendidos aqui como aqueles adquiridos nas faculdades de medicina. Esbarravam, entretanto, em tradições e práticas curativas que se desenvolveram ao longo da colonização portuguesa, a partir da interconexão entre as três bases culturais – indígena, africana e europeia –, não contando, contudo, com a

---

<sup>22</sup> SIGAUD, J.F.X. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

<sup>23</sup> Idem.

participação de profissionais com formação acadêmica.<sup>24</sup> Assim, sangradores, parteiras, cirurgiões, feiticeiros eram concorrentes das práticas científicas, adquirindo credibilidade com significativa parcela da população.

Verificamos, por meio da análise de jornais do oitocentos, que a convivência no cotidiano social de diferentes atores envolvidos nas artes de curar era a causa de muitas disputas. Esses registros permitem analisar o discurso de determinados grupos sociais sobre o corpo escravizado e suas principais moléstias. É possível, ainda, identificar e relacionar, pensamentos e visões de mundo sobre os médicos e sua atuação. As diferentes enfermidades que acometiam os negros já eram conhecidas, e seus estudos ganharam em relevância, a partir da promulgação da primeira lei do fim do tráfico transatlântico em 1831. Seus corpos passaram a fazer parte com mais ênfase do fazer médico, pois desse saber já eram antigos conhecidos.

Estudar um enfermo desde sua chegada à clínica, ou hospital, até o momento do óbito, quando todos os recursos não convertiam a doença em cura, era fundamental para o desenvolvimento da própria medicina. Assim, muitas necropsias eram mencionadas em publicações do *Semanário de Saúde Pública*, nas teses médicas e manuais de medicina. Ajudavam, em certa medida, a embasar os conhecimentos de um médico, ou mesmo de um leigo, em caso de necessidade extrema.

Desde a década de 1990, o saber médico tem sido privilegiado por muitos historiadores, o que pode ser vislumbrado na consolidação do campo historiográfico especializado em história da medicina, da saúde e da doença.<sup>25</sup> Contudo, foi um longo processo. Para o período proposto neste artigo – recorte de pesquisa mais ampla –, são muitas as análises que nos viabilizam pensar e conhecer alguns fatores sobre a medicina, em suas diferentes esferas, sobre escravizados, seus descendentes e as camadas menos abastadas da sociedade do oitocentos no Rio de Janeiro. Para os nossos interesses, neste artigo

---

<sup>24</sup> FERREIRA, Luiz Otávio. *Ciência Médica e Medicina Popular nas páginas dos Periódicos Científicos (1830-1840)*. In: Chalhoub, Sidney et. al. (Org). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Unicamp, 2003. p. 101.

<sup>25</sup> EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos Costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 7.

especificamente, analisaremos dois discursos de médicos franceses, estes já apresentados acima: Jean-Baptiste Alban Imbert e José Francisco Xavier Sigaud.

O Manual do Fazendeiro, escrito por Jean-Baptiste Alban Imbert, reflete um contexto social, econômico e político complexo. Suas palavras, escolhidas para atender, atuar e intervir nesse mesmo contexto, permitem adentrar na conjuntura peculiar da sociedade escravista do oitocentos, por meio dos olhos de um médico francês, católico e que fizera parte de uma elite nobre em *Le Beausset*. O Vale do Paraíba Fluminense ocupava lugar de destaque na expansão da produção cafeeira imbricada na transformação mais ampla da economia-mundo industrial atlântica do mercado capitalista naquele início do século XIX. Afinal, o médico escreveu para atender as possíveis necessidades de fazendeiros cercados por muitos escravizados nem sempre atendidos por um especialista em medicina.

Rafael Marquese aponta que as modificações na economia do cenário internacional do século XVIII para o XIX “impuseram aos senhores de escravos a necessidade do aumento constante da produtividade do trabalho de seus cativos, sob o risco de serem excluídos do mercado mundial”.<sup>26</sup> Nesse sentido, o aumento de terras passou a ser primordial para atender a tal demanda. Em *E o Vale era o Escravo*, Ricardo Salles aponta que o café “se alastrou pela província do Rio de Janeiro, nas primeiras três décadas” do mesmo século.<sup>27</sup> As principais lavouras encontravam-se “nas regiões de Vassouras, Valença, Resende e São João Marcos (municípios do lado ocidental do Vale do Paraíba fluminense)”, correspondendo por mais de 30% do que era produzido mundialmente.<sup>28</sup> Constituía o eixo embasador da economia do Império do Brasil, na qual a mão de obra era a do trabalhador escravizado.

O aumento na produção levou, por um lado, a necessidade de também ampliar o quantitativo de escravizados e de fazendas. E, sem dúvida, como aponta Ilmar de Mattos, tal ampliação “implicou a expansão da escravidão,

---

<sup>26</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo...** Op. Cit. p. 265.

<sup>27</sup> SALLES, Ricardo. **E o Vale era o Escravo. Vassouras, séculos XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 139.

<sup>28</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e Escravidão...** Op. Cit. p. 158.

particularmente na província do Rio de Janeiro”.<sup>29</sup> Quanto ao avanço no quantitativo de fazendas, Marquese assinala que “os senhores de escravizados luso-brasileiros responderam à conjuntura favorável ampliando a produção das propriedades já existente, mas, principalmente, estabelecendo novas unidades produtivas”.<sup>30</sup> Tal fato proporcionou aumento na miscigenação<sup>31</sup> e modos de organizar e reorganizar as hierarquias sociais. Por outro lado, os meios de controle da propriedade escrava em números crescentes<sup>32</sup> esbarravam em intensas e tensas questões culturais – principalmente as relativas à desproporção em números entre africanos e seus descendentes e os brancos proprietários – e, na primeira Lei que poria fim ao comércio transatlântico de africanos, tornando o tráfico ilegal, a partir de 1831.

O cenário complexo de mudanças em curso colabora para pensarmos numa interconexão social. Em outras palavras, a partir da conexão entre dois ou mais elementos ou ideias, temos a composição complexa e hierarquizada da sociedade escravista brasileira do século XIX, permeada de tensões diversas entre as instituições de poder, entre estas e os diversos grupos que as compunham, bem como no interior destes. A política, a economia e a formação cultural ajudam a compor o quadro, tendo em vista o quão interligados estavam esses aspectos, tendo, como uma de suas bases, o corpo escravizado. Este, que desde o século XVIII passara a ser preocupação nas propostas dos ilustrados luso-brasileiros “para a administração do trabalho escravo nas propriedades rurais brasileiras”,<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 80.

<sup>30</sup> MARQUESE. **Administração e Escravidão**. Op. Cit. p. 261.

<sup>31</sup> Ilmar de Mattos aponta que “o elevado contingente de escravos nessas áreas explica ainda o elevado contingente de população não branca, de tal forma que negros e mulatos constituíam cerca de três quartos da população do município de Vassouras” na época considerada. Cf: MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit., p. 80-81.

<sup>32</sup> A partir do aumento da produtividade do café, o número de escravizados que entraram por meio de importação ilegal é surpreendente. Stanley Stein, a partir das estatísticas de Liverpool, citadas em Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil, de Sebastião Ferreira Soares (Rio de Janeiro, 1860), informa os quantitativos nas décadas que antecederiam o fim do tráfico transatlântico: 30.000 em 1840; 16.000 (1841); 17.435 (1842); 19.095 (1843); 22.849 (1844); 19.453 (1845); 50.324 (1846); 56.324 (1847); 60.000 (1848); 54.000 (1849) e 23.000 (1850). Cf: STANLEY, Stein. **Vassouras: um município brasileiro do café**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 51.

<sup>33</sup> Rafael Marquese destaca que os registros sobre a escravidão negra existentes no Brasil, elaborados nos séculos XVII e XVIII, demonstravam a necessidade de controlar o escravizado, sendo, pois, “um dos pilares fundamentais do gerenciamento das propriedades rurais escravistas

cuidando em “prescrever mecanismos que maximizassem a produção, por meio do estrito controle do corpo do cativo”.<sup>34</sup> Se a análise de Marquese permite pensar em um “controle do corpo do cativo”, no início do século XIX, período que contemplamos neste artigo, esse corpo escravizado recebe um novo olhar: o médico científico.

Em tempos de tráfico ilegal conhecer e saber como cuidar do corpo escravizado doente era fundamental para a preservação do *status quo* de proprietários, da manutenção da economia em expansão, e, também, da propriedade, tendo em vista os altos preços que alcançaram nesse período histórico. A medicina, um dos “braços” da administração imperial, passa a ser fundamental como alternativa às diferentes práticas e tentativas de burlar a proibição do tráfico. Nesse sentido, o Manual do Fazendeiro sobre as doenças dos pretos, escrito por Jean-Baptiste Alban Imbert, e, da mesma forma, a obra de Sigaud, podem ter sido garantias da extensão da vida desse corpo escravizado. O ponto de interseção entre os diferentes fatores que constituíam o Império do Brasil era a escravidão, pois o “tráfico negreiro intercontinental acabou por impor a associação íntima entre Império e Escravidão”.<sup>35</sup> Como, porém, era a formação médica para que a medicina pudesse atuar efetivamente como outro modo de ludibriar a lei de 1831?

O atendimento médico nem sempre era possível, naquele início do século XIX. A dificuldade de formação profissional era significativa, devido aos gastos com estudos no exterior, principalmente em Paris e Lisboa. Dentre os médicos, a grande maioria atendia nos centros urbanos, embora existissem os chamados viajantes. A preocupação com cursos preparatórios ou faculdades de medicina chega com a Corte Portuguesa:

A instalação da corte portuguesa no Brasil, em 1808, modifica esta situação. A criação do ensino cirúrgico é agora colocada como útil ao ‘restabelecimento da saúde do povo’, ‘um dos principais objetos do meu real e paternal desvelo’, sendo, portanto necessário ‘promover a cultura

---

coloniais. Cf: MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 142.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 141.

<sup>35</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit., p. 240.

e progresso de tão importantes estudos'. A saúde torna-se objeto do poder central.<sup>36</sup>

Tornando-se “objeto do poder central” a saúde ganha espaço e atenção, as Escolas de Cirurgia são criadas para atender à nova demanda, tendo algumas disciplinas como mais urgentes, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro: “a cirurgia, a anatomia, a arte obstetrícia, constituindo um curso de quatro anos”.<sup>37</sup> O Hospital Militar do Rio de Janeiro em 1808 criou uma cadeira de anatomia, “seguida pela de medicina operatória e pelo curso de partos, em 25 de janeiro de 1809.<sup>38</sup> Observa-se a necessidade da medicina prática, que atendesse aos problemas imediatos. Para tanto, conhecer o corpo anatomicamente seria primordial, algo defendido por Jean-Baptiste Alban Imbert. Após um ano da criação das cadeiras de anatomia, operação e partos, foi criada a cadeira de medicina teórica, esta defendida pelo próprio Príncipe Regente.

No mesmo ano D. João determina, para a Bahia, que João Pereira de Miranda, nomeado Cirurgião-mor, agregado do 1º. Regimento de linha da Província, fosse “empregado na ‘instrução facultativa teórica e prática’ dos cirurgiões ajudantes dos regimentos dessa guarnição, estabelecendo-se para tanto a ‘verdadeira e conveniente Escola de Medicina e Cirurgia no Hospital Militar dessa cidade’”. Na perspectiva de D. João, os cirurgiões “talvez se achem exercendo as funções destes postos sem a devida inteligência”.<sup>39</sup>

### **Embates e projetos relativos à mão de obra escrava**

Os “diferentes idiomas” da multidão de “todas as cores”, mencionadas pelos viajantes Spix e Martius, explicitavam a composição diversificada e multiétnica daquela sociedade: brancos, negros, mestiços e índios; livres, libertos e escravizados; ricos e pobres; europeus, africanos e crioulos. Quantitativamente, os números eram expressivos. Não por acaso, fora denominado o Rio de Janeiro de

---

<sup>36</sup> MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 171.

<sup>37</sup> Ibidem. p. 172.

<sup>38</sup> Ibidem. p. 172-173.

<sup>39</sup> Idem.

“pequena África”<sup>40</sup> no início do XIX. As proporções entre as diferentes etnias eram dessemelhantes e a “barulhenta turba de pretos e mulatos seminus que ofereciam seus serviços”<sup>41</sup> deveriam, logo em sua chegada, ter recebido por parte de Imbert, um olhar especial, afinal, o objetivo do médico era estudar as moléstias que atormentavam proprietários de fazenda de café e escravizados – estes que, como um eixo estruturante, foram responsáveis pela ampla cultura do produto –, principalmente naquele ano de 1831.<sup>42</sup> E mais, os escravizados eram concebidos pelo médico como indispensáveis ao trabalho nas terras dos fazendeiros distantes da corte.<sup>43</sup>

Para ilustrar a questão, Ilmar de Mattos apresenta dados fornecidos por F. Nunes de Sousa para o ano de 1847. Segundo o “estatístico brasileiro” a população do Império do Brasil era formada por 7.320.000 indivíduos, sendo 2.120.000 brancos, 1.100.000 mulatos livres, 3.120.000 negros, escravos e 180.000 libertos africanos e 800.000 índios.<sup>44</sup> Se somarmos os escravizados aos seus ascendentes e descendentes, teremos 4.400.000 de indivíduos de cor, mais que o dobro dos 2.120.000 indivíduos brancos. Situação diferente da percebida por Spix e Martius em 1817:

A população do Rio de Janeiro compõe-se, em sua grande maioria de portugueses ou de seus descendentes, tanto brancos como os de mistura de cores. Quase não se vêem indígenas americanos aqui. Eles evitam, quanto podem, a cidade e, muito raramente aparecem, e só por acaso, como aves de arribação, no tumulto para eles estranho.<sup>45</sup>

A observação dos viajantes demonstra o modo pelo qual a configuração étnica dos indivíduos certamente fora se modificando, ao longo dos anos,

---

<sup>40</sup> Termo cunhado por Heitor dos Prazeres para qualificar a diáspora baiana no bairro da Saúde, formado no século XIX por ruas e becos nas imediações da Pedra do Sal, da Pedra da Prainha e do Valongo, que recebia os recém-chegados de Salvador. Disponível em: <http://books.google.com.br/books> Acesso em: 04 out 2014.

<sup>41</sup> SPIX, Joahn Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Volume 1. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.p. 41.

<sup>42</sup> Ricardo Salles define a escravidão como “modo de produção”, que, juntamente com “o Império do Brasil, a nobreza, o Estado”, passaram “a balizar e a conferir estabilidade e solidez às identidades, aos pertencimentos e às práticas sociais mais imediatas e particulares, vivenciadas nos âmbitos local, do grupo de interesses e relações, familiar e do indivíduo”. Cf: SALLES, Ricardo. Op. Cit., p. 54.

<sup>43</sup> IMBERT. J.B.A. **Manual**. Op. Cit., Introdução. p. XIII.

<sup>44</sup> Apud: Ilmar Rohloff de Mattos. Op. Cit., p. 45.

<sup>45</sup> SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. Op. Cit., p. 45.

apontando para o rápido crescimento populacional, principalmente a partir da entrada de novos africanos escravizados e de indivíduos oriundos da escravidão, a partir da Lei de 1831, que pôs fim ao tráfico transatlântico, mas propiciou o seu aumento entre as províncias, bem como o aumento do comércio ilegal. A mesma observação pode, também, demonstrar o que era considerado como “população” para os viajantes alemães, posto que não incluíssem, em sua descrição, os negros africanos. A ampliação do número de escravizados se deu para atender às necessidades econômicas da produção cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense e ao aumento da demanda pelo café produzido. A entrada de diferentes atores nesse cenário, não apenas africanos, possibilitou maior miscigenação e as “diferentes cores” a que fazem menção os viajantes alemães.<sup>46</sup>

A título de comparação, percebe-se que os ofícios exercidos por escravizados poderiam ser notados em diferentes espaços, tanto no rural quanto no urbano. Como descrevera Marilene Rosa, a escravidão nas cidades “se caracterizaria pela reprodução de serviços e distribuição da produção”, era o “escravo que embarcava e desembarcava os produtos para a importação. Era esse mesmo escravo que garantia a venda de artigos produzidos no centro ou na periferia para o atendimento da cidade”.<sup>47</sup> A autora destaca, já na década de 1980, a necessidade de observar as “especificidades” do que denominou “escravidão urbana”.

Nesse mundo urbano, mulheres vendiam angu, doces, diferentes quitutes e lavavam cabelos de “distintas senhoras”. Os homens transportavam – nas costas ou em pequenas carroças – diferentes produtos do porto a muitos e distantes lugares. Os tigres, com suas vestes características, despejavam dejetos humanos na baía. Uma das causas das doenças que provocavam tantos óbitos? Provavelmente, tendo

---

<sup>46</sup> Maiores reflexões sobre as diferentes composições étnicas foram realizadas por Ivana Stolze Lima. A partir da análise de jornais e censos, entre os anos 1831 e 1833 – momento do processo de consolidação do Estado Imperial no Brasil –, a autora apresenta uma “polissemia da mestiçagem”, despontando como “uma das singularidades daquela sociedade”. Para Stolze, “considerar a polissemia da mestiçagem consistiu em considerar a construção das identidades sociais”, estas forjadas no aumento da produção cafeeira e da necessidade de mão de obra escrava para mantê-la. Afinal, muitas palavras designavam o “homem de cor”: cabras, fuscões, caboclos, brancos, mulatos, pretos, crioulos, pardos, caiados, fulos, cruzados, tismados. Ver: LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>47</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na Rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 29.

em vista a pouca higiene tão mencionada nas teses médicas da década de 1840.<sup>48</sup> Higiene que preocupava considerável número de médicos da Corte, acerca de diferentes elementos, como, por exemplo, a relativa à mulher, às crianças, às cadeias, aos hospitais e também aos escravizados. Trabalhadores que sustentavam a economia imperial e, portanto, questão relevante para o contexto aqui selecionado: os anos de tráfico ilegal. Possivelmente, um dos fatores que permitiram a Jean-Baptiste Alban Imbert escrever um manual, composto de 688 páginas, sobre as “doenças dos pretos”. Afinal, a higiene compunha o quadro de disciplinas ministradas em Montpellier, no início do século XIX.<sup>49</sup> E, nesse momento, poderia o médico perceber a distância de costumes? Segundo os dois viajantes citados acima:

O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas da sua pátria.<sup>50</sup>

Surpresa, e não agrado, possivelmente pela “natureza inferior, bruta” dos negros “importunos, seminus”. A fala dos viajantes corrobora o pensamento de

---

<sup>48</sup> Para o ano de 1840 temos a defesa de Antonio Gonsalves D’Araujo Leitão da tese intitulada *Higiene da Infancia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* e Luiz da Silva Flores a tese *Influencias Hygienicas da Temperatura Atmosphericas* (RJ); em 1841, José Tavares de Mello defendeu na presença de S.M D. Pedro II, a tese *A Hygiene da mulher* (RJ); em 1843, José Antonio de Mattos e Silva defendeu a tese *Da Hygiene da Mulher durante a prenhez*; João José Barboza d’Oliveira, *As prisões do paiz, o systema penitencial, Hygiene penal* (RJ); em 1844, Cesario Eugenio Gomes de Araujo, defendeu a tese *A Hygiene das Prisões, Precedoda de Considerações Geraes Acerca da Reforma Penitenciaria*; Francisco Antonio de Azevedo, *Algumas considerações geraes a’cerca da importancia e hygiene dos hospitaes civis*; João Duarte Dias, *Hygiene relativa ás diversas condições sociaes*; em 1845, José Ferraz de Oliveira Durão, *Breves Considerações acerca do emprego Hygienico e Therapeutico dos banhos de mar* (RJ); Pedro José de Almeida, *Algumas Considerações Hygienicas acerca das Habitações* (RJ), Pedro José Virciani, *Dissertação sobre a Hygiene da Velhice*, Thomas Pereira, *Algumas Considerações sobre a Hygiene em Campanha*; Angelo Custodio dos Santos, *Dissertação Inaugural sobre os Preceitos Hygienicos relativos à Mulher no Estado de Prenzhez* (BA); Candido José de Barros, *Proposições sobre a Hygiene, e os diversos ramos das Sciencias Medicas* (BA); em 1846, João de Oliveira Fausto, *Dissertação acerca da Menstruação, seguida de regras Hygienicas relativas as mulheres menstruadas*; em 1847, David Gomes Jardim, *A Hygiene dos escravos* (RJ); Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFRJ.

<sup>49</sup> DULIEU, Louis. **La Medecine a Montpellier**. Tome IV. De la Première a la Troisième République. 2<sup>a</sup>. parte. Avignon: les Presses Universelles, 1988-1990.

<sup>50</sup> SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Op. Cit., p. 42.

muitos outros estrangeiros. Aqueles corpos “feriam” o olhar europeu, e por quais motivos o médico em questão queria investigá-los? Estudar as principais doenças que os acometiam? Corpos que compunham a classe operária com diferentes ofícios na Corte, principalmente se comparados aos escravizados do cenário rural.<sup>51</sup> Esses dois mundos – o urbano e o rural – não eram tão distantes, havia uma ligação, uma interconexão entre eles. Escravizados urbanos e rurais se encontravam, dentre outros locais, nos chamados Zungus, que compunham o cenário da Corte, ponto de encontro e de sociabilidades entre estes, libertos e fugitivos.<sup>52</sup> Segundo Carlos Eugênio Líbano Soares, mesmo com a proibição da postura municipal de escravos em zungús, posto o temor do estímulo a fugas, eles não se intimidavam. Muitos foram os casos localizados em sua pesquisa sobre as diferentes tentativas dos escravizados de “reconstruir laços de compadrio e camaradagem à sombra da casa de zungú”, considerada pelo autor como “rota dos escravos”,<sup>53</sup> o que tornava possível o encontro entre os que vinham de distantes fazendas com os que viviam na cidade-corte.

Jean-Baptiste Alban Imbert, encontrando-se, inicialmente, com o cenário da cidade-corte – local onde constituiu sua residência –, volta seu olhar para as regiões mais distantes, dedicando seu Manual “aos Ilustríssimos senhores fazendeiros”.<sup>54</sup> Aqui nos reportamos ao Vale do Paraíba Fluminense, onde o uso da mão de obra escravizada existia desde o século XVIII no cultivo da cana de açúcar. A “vinculação de terra e escravos, os pilares da sociedade agrícola, não era apenas fortuita”,<sup>55</sup> posto que o uso desse trabalhador fosse fundamental no cultivo da terra, além do fato de expressivo número deles poder garantir doação de sesmaria da Coroa portuguesa. Outro fator, contudo, deve ser considerado, na relação entre

---

<sup>51</sup> Se, nas cidades, os escravizados tinham possibilidades diversas, como trabalhar ao ganho e, desta forma, ser vendedores, carpinteiros, lavadoras de cabelo, amas de leite, sangradores, curandeiros, feiticeiros, carregadores, dentre muitos outros ofícios, o mundo rural apresentava outra complexidade. Existiam os escravizados que trabalhavam no eito, na agricultura e os chamados domésticos, que poderiam ser pagens, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, rendeiras, catadores de formiga dentre outros.

<sup>52</sup> Carlos Eugênio Líbano Soares em Zungú: rumor de muitas vozes traça o perfil dos Zungus no Rio de Janeiro, a partir da comparação dessas casas de angu com outras províncias como Pernambuco e Bahia. **Zungú: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>53</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Op. Cit., p. 76.

<sup>54</sup> IMBERT, J.B.A. Op. Cit., Prefácio.

<sup>55</sup> Ibidem. p. 83.

terra e escravizados: a possibilidade de enriquecimento e de *status* social no processo de consolidação da sociedade imperial e de construção da classe senhorial. Nesse contexto, Imbert desejava:

penetrar melhor vossas necessidades na ausência, em que pela maior parte vos achais, dos socorros inteligentes da Medicina, tratei de identificar-me de alguma sorte com vossa existência, de viver, Srs., com vossa própria vida, e independência honrosa; em uma palavra, de constituir-me de bom grado Fazendeiro, porém Fazendeiro isolado, bem que no meio de uma rica e vasta propriedade povoada de grande número de escravos. Desde esse momento, apliquei-me seriamente a prever a generalidade das necessidades medicas, que poderiam por ventura ocorrer na posição ideal, que eu me tinha criado: meditando e trabalhando sobre este fundo; minha tarefa tornou-se realmente mais fácil, e os resultados, eu folgo pensa-lo, muito mais satisfatórios.<sup>56</sup>

Provavelmente, para Imbert, sua condição de proprietário de alguns escravizados, como mencionado acima, e de médico de alguns fazendeiros, ajudaram no momento da formulação de tais proposições, devido ao conhecimento adquirido em seu cotidiano.<sup>57</sup> Suas conjecturas destacam que estar distante dos “socorros inteligentes da Medicina” poderia pôr em perigo a própria escravidão, esta que, segundo Ilmar de Mattos era a instituição que fundamentava o Império do Brasil, motivo pelo qual deveria, pois, ser preservada. Para este autor, resguardar a escravidão era tão necessário quanto o “tráfico interno de escravos”.<sup>58</sup> Nesse sentido, Imbert volta seu olhar para aquele que se “constitui de bom grado Fazendeiro, porém Fazendeiro isolado, bem que no meio de uma rica e vasta propriedade povoada de grande número de escravos”. Sua motivação encontrava-se em produzir um trabalho que pudesse, de fato, ser relevante para um grupo específico da sociedade imperial em construção, num momento em que o tráfico, mesmo ilegal, era fundamental para a manutenção das grandes fazendas e da produção voltada ao mercado externo. As condições de trabalho e de exploração às quais eram submetidos contribuía para o adoecimento e morte prematura de muitos escravizados. Isso abalava inequivocamente interesses de

---

<sup>56</sup> IMBERT, J.B.A. Op. Cit., Prefácio.

<sup>57</sup> Ibidem. p. 356-358.

<sup>58</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. Op. Cit., p. 97.

proprietários, como também a economia do Império do Brasil, o que se tornou premente com a possibilidade do fim daquele comércio.

Preservar a mão de obra poderia significar utilizá-la nas tarefas mais lucrativas, neste caso específico, nas grandes plantações de café. Refletindo sobre “a ação política desenvolvida com a finalidade de alcançar uma restauração”, Ilmar de Mattos, enfatiza “a estreita articulação entre as políticas de mão-de-obra e de terras, destacando a necessidade de ‘poupar a escravidão’ e o tráfico interno de escravos”,<sup>59</sup> como já mencionado. Ricardo Salles, ao analisar a questão por outro prisma e interesse de pesquisa, aponta o aumento significativo de escravizados “africanos, jovens e adultos, majoritariamente masculinos”, para atender à demanda crescente no pós-1830, em Vassouras.<sup>60</sup> Para ilustrar a questão, reformulamos a tabela abaixo, elaborada durante pesquisa de mestrado, utilizando dados dos inventários *post mortem* de proprietários de Vassouras, entre os anos de 1840 e 1880.<sup>61</sup>

Tabela 1 - Ofícios de escravos por gênero e faixa etária, 1840-49.

Gênero	Profissão	Faixa Etária						Total	
		0-7	8-14	15-40	41-70	71-100	s/idade	Total	%
Homens	Tropeiro	0	1	51	3	0	31	86	27.74
	Carpinteiro	0	0	40	3	0	21	64	20.65
	Carreiro	0	0	14	7	0	12	33	10.64
	Ferreiro	0	0	11	4	0	6	21	6.77
	Pedreiro	0	0	12	4	1	3	20	6.45
	Falqueijador	0	0	15	3	0	1	19	6.13
	Alfaiate	0	1	8	3	0	3	15	4.84
	Pagem	0	0	5	0	0	5	10	3.22
	Sapateiro	0	0	3	5	0	1	9	2.90
	Cozinheiro	0	0	7	0	0	1	8	2.58
	Capataz	0	0	4	0	0	2	6	1.94
	Barbeiro	0	0	1	1	0	3	5	1.62
	Marceneiro	0	0	1	0	0	2	3	0.97
	Oleiro	0	0	3	0	0	0	3	0.97
	Telheiro	0	0	3	0	0	0	3	0.97

<sup>59</sup> Ibidem. 17.

<sup>60</sup> SALLES, Ricardo. Op. Cit., p. 183-184.

<sup>61</sup> Tabelas relativas à pesquisa realizada quando da escrita da dissertação de mestrado, sobre as condições de vida e morte de escravizados na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Dados obtidos no banco de dados de Ricardo Salles e gentilmente cedidos para nossa pesquisa e análise, que possibilitaram tal elaboração. Cf: VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos.** Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

	Feitor	0	0	0	0	0	2	2	0.64
	De Roça	0	1	1	0	0	0	2	0.64
	Doméstico	0	0	1	0	0	0	1	0.33
<b>Total por Gênero: 310 – 75.1%</b>									
Gênero	Profissão	Faixa Etária						Total	
		0-7	8-14	15-40	41-70	71-100	s/idade	Qtde	%
<b>Mulheres</b>	Costureira	0	7	52	3	0	4	62	60.19
	Cozinheira	0	0	14	5	0	0	19	18.44
	Engomadeira	0	0	7	0	0	0	7	6.80
	Lavadeira	0	0	3	3	0	0	6	5.82
	De Roça	0	0	4	1	0	0	5	4.85
	Rendeira	0	0	2	0	0	0	2	1.95
	Mucama	0	0	2	0	0	0	2	1.95
<b>Total por Gênero: 103 – 24.1%</b>									
<b>Total Geral: 413</b>									

Fonte: Inventários Post mortem 1840-1849. Centro de Documentação Histórica/CDH.

A tabela 1 apresenta o quantitativo de escravizados e seus respectivos ofícios, entre os anos 1840 e 1849. Percebe-se que os maiores índices correspondem aos ofícios domésticos ou relativos à “casa grande”, como costureira (60.19%), cozinheira (18.44%), engomadeira (6.80%) e lavadeira (5.82%), entre o gênero feminino. As descritas como “de roça” representam 4,85% do total das escravizadas que tiveram um ofício relacionado ao seu nome. A faixa etária com número significativo é entre 14 e 40 anos.

Entre os escravizados, os tropeiros representam o maior quantitativo de indivíduos com ofício exposto correspondendo a 27.74%, seguidos pelos carpinteiros (20.65%) e carreiros (10.64%). Os “de roça” somam 0,64%. A maioria dos trabalhadores escravizados que tiveram menção a um ofício representam a faixa etária dos 15 aos 40 anos, assim como as escravizadas no mesmo período.

Sublinhamos que, após a década de 1840, as especificações relativas a ofícios tornam-se mais significativas e numerosas, antes poucos a tiveram, o que nos leva a relativizar as informações encontradas. A partir do ano 1850, chama a atenção ofícios como, “sacador de café”, “formigueiros”, “do café”, relativos à cultura do grão. “Enfermeiro” e “servente de enfermaria”, concernentes às artes de curar, entre os do gênero masculino. Para as escravizadas, os ofícios “novos” seriam: “enfermeira”, “parteira”, ambos dedicados aos cuidados com o corpo doente ou responsável pelo parto. Isso pode sugerir maior cuidado com as

escravizadas grávidas e sua prole, tendo em vista ser este período de tráfico ilegal. Indica também, o início de investimento senhorial na reprodução natural, que, segundo Ricardo Salles, ocorreria em Vassouras “por volta de 1865”.<sup>62</sup>

Todavia, é significativo o número de menções aos escravizados “de roça” como demonstra a tabela abaixo, sugerindo importância dada pelo responsável à confecção do inventário *post mortem*, ou do proprietário da fazenda, a este ofício destinado à produção agrícola. No período entre os anos 1850 e 1880, este grupo representava 27.96% entre o gênero masculino, quase o dobro dos tropeiros (14.55%) que, na década anterior, representavam o grupo mais expressivo numericamente. A faixa etária dos mais citados permanece a mesma, 15 a 40 anos, contudo, os escravizados que tinham idades entre 41 e 70 anos somam números interessantes, o que demonstra a maior utilização de escravizados com essa idade como mão de obra, após a lei do fim do tráfico de 1850.

Entre as escravizadas, percebe-se o mesmo fenômeno. Houve inversão na utilização do plantel quanto aos ofícios. Se, na década de 1840, as costureiras eram as mais mencionadas (60.19%), compreendendo mais da metade das que tiveram um ofício relacionado aos seus nomes nos inventários, nas décadas seguintes, representavam 17.40%. As “de roça”, ao contrário, passaram a somar 34.95% contra os 4.85% do período anterior. A faixa etária mais significativa permanece a mesma (15-40 anos), entretanto, assim como ocorreu com os escravizados, estas tiveram grande representatividade após os 41 anos de idade.

Tabela 2 – Ofícios escravos por faixa etária e gênero, 1850-1880.

Gênero	Profissão	Faixa Etária						Total	
		0-7	8-14	15-40	41-70	71-100	s/idade	Qtde	%
Homens	De Roça	1	31	200	142	1	40	415	27.96
	Tropeiro	0	0	69	37	1	109	216	14.55
	Carpinteiro	0	0	62	44	1	58	165	11.12
	Carreiro	0	1	54	22	0	42	119	8.02
	Ferreiro / Ferrador	0	0	48	11	0	28	87	5.86
	Pedreiro	0	2	30	21	4	29	86	5.79
	Cozinheiro	0	0	22	17	1	31	71	4.78
	Os serviços	54	0	1	0	0	3	58	3.91
	Pagem	0	0	23	4	1	25	53	3.57

<sup>62</sup> SALLES, Ricardo. Op. Cit., p. 33.

	Capataz	0	0	11	12	2	15	40	2.69
	Alfaiate	0	0	9	9	0	21	39	2.63
	Sapateiro	0	1	4	2	0	16	23	1.55
	Telheiro	0	0	3	4	0	9	16	1.08
	Copeiro	0	3	9	1	0	1	14	0.94
	Feitor	0	0	0	8	0	5	13	0.88
	Marceneiro	0	0	3	2	0	6	11	0.74
	Barbeiro	0	0	0	2	0	9	11	0.74
	Falqueijador	0	0	5	0	0	6	11	0.74
	Formigueiros	0	0	2	4	0	5	11	0.74
	Enfermeiro	0	0	2	3	0	3	8	0.54
	Oleiro	0	0	2	2	0	3	7	0.47
	Doméstico	0	2	1	1	0	0	4	0.26
	Padeiro	0	0	0	1	0	1	2	0.13
	Sacador de Café	0	0	0	0	0	1	1	0.07
	Engomador	0	0	1	0	0	0	1	0.07
	Servente de Enfermaria Do Café	0	0	0	1	0	0	1	0.07
		0	0	0	0	0	1	1	0.07
<b>Total por Gênero: 1.484</b>									
Gênero	Profissão	Faixa Etária						Total	
		0-7	8-14	15-40	41-70	71-100	s/idade	Qtde	%
<b>Mulheres</b>	De Roça	1	9	126	80	0	7	223	34.95
	Costureira	0	3	48	6	0	54	111	17.40
	Mucama	0	2	47	5	0	11	65	10.19
	Os Serviços	49	0	0	0	0	2	51	7.99
	Doméstica	0	7	29	9	0	1	46	7.21
	Serviço dom vários	0	1	27	5	0	12	45	7.06
	Cozinheira	0	0	19	14	0	11	44	6.90
	Lavadeira	0	0	8	9	0	7	24	3.76
	Engomadeira	0	0	11	2	0	3	16	2.51
	Rendeira	0	0	4	0	0	0	4	0.63
	Enfermeira	0	0	1	2	0	0	3	0.47
	Serviço de Casa	0	1	1	0	0	0	2	0.31
	Padeira	0	0	1	0	0	1	2	0.31
	Parteira	0	0	0	1	0	1	2	0.31
<b>Total por Gênero: 638</b>									
<b>Total Geral: 2122</b>									

Fonte: Inventários post mortem 1850-1880. Centro de Documentação Histórica/CDH.

Os dados que compõem as duas tabelas permitem analisar a utilização do plantel das fazendas de café de Vassouras, após a Lei de 1831, bem como antes e depois da Lei de 1850, corroborando a tese de que houve uma preocupação em “preservar” racionalmente a mão de obra, ou seja, utilizá-la nos serviços considerados fundamentais, quais fossem, os do plantio e da produção do café. A

inversão dos quantitativos por ofícios é relevante para nossa reflexão. Se, na década de 1840, os escravizados destinados aos serviços agrícolas – “de roça”, feitor e capataz – somavam, juntos, 3,22%, e separadamente, 0,64%, 0,64% e 1,94%, respectivamente, na seguinte os números são outros. “De roça”, “capataz” e “feitor” somavam entre os anos de 1850 e 1880, 31,53%. Além desses ofícios, são descritos “sacador de café” (0,07%) e “do café” (0,07%), o que pode sugerir maior especialização do processo de cultivo e comércio do produto. O aumento significativo dos escravizados designados aos ofícios relativos ao cultivo do café sugere a tentativa de utilizar aquela mão de obra na indústria cafeeira. As escravizadas somavam 4,85% e somente o ofício “de roça” fora mencionado na década de 1840. Entre os anos 1840 e 1880, elas somaram 34,95%, sendo a diferença um pouco acima de 30 pontos percentuais.

Os números acima podem não significar que os escravizados “de roça” fossem, de fato, quantitativamente inferiores aos demais ofícios na década de 1840, ou mesmo nas décadas posteriores. O fato de não serem mencionados nos permite argumentar que a fácil reposição de escravizados após o ano de 1831, período de tráfico ilegal, não causava preocupação entre muitos fazendeiros. Afinal, burlar a lei fazia parte do cotidiano da cidade-corte, como já mencionamos *a priori*.

As tabelas 1 e 2 também nos ajudam a refletir sobre outra questão: a de que a medicina apresentou alternativa para as diferentes formas de lograr a lei de 1831. Conhecer e cuidar do corpo escravizado seria fundamental para maximizar a utilização dessa mão de obra. Desta forma, se a década de 1840 contabilizou 1,62% de escravizados relacionados nos inventários *post mortem* de proprietários, utilizados em uma das artes de curar, os anos que seguiram o 1850 até 1880 apresentaram outra configuração. Barbeiros (0,74%), enfermeiros (0,54%) e servente de enfermaria (0,07%), juntos, somavam 1,35%. Uma vez mais temos aumento de uma especialização voltada para o atendimento dos enfermos. O diferencial para essas décadas é a presença de escravizadas, também com ofícios relativos aos cuidados do corpo, sendo enfermeiras (0,47%) e parteiras (0,31%). São relatados diferentes ofícios da arte de curar presentes nas senzalas, e não apenas o “barbeiro”, como na década de 1840.

Esses dados demonstram a tentativa de garantir a continuidade da indústria que sustentava a economia do Império no período. Estas podem ter sido uma das alternativas para avaliar a manutenção da escravidão, mesmo após as leis que puseram fim ao comércio transatlântico, a de 1831 e a de 1850. Entretanto, outras também foram utilizadas.

No que tange à intervenção do discurso médico, apontamos para as escolhas que Imbert e Sigaud apresentam na construção de seus manuais. Ambos os médicos destacam elementos que agravavam quantitativamente os óbitos, quais fossem, má alimentação, vestimentas inadequadas, trabalho exacerbado e violência. Ponto comum em seus trabalhos é modo pelo qual pensam o corpo escravizado: a constituição física do negro como diferente devendo por isso receber atenção individualizada. Conhecer, portanto, o corpo escravizado seria fundamental para ampliar o tempo de vida, curar moléstias, efetivar as melhores compras, garantir o nascimento e sobrevivência de crianças escravizadas. Contudo, quanto à questão de raça, Imbert defende a existência de duas, quais fossem, a branca e a negra, enquanto Sigaud acredita haver três raças diferentes: a branca, a negra e a índia.<sup>63</sup> Sigaud apresenta um estudo amplo acerca de diferentes fatores e um capítulo exclusivamente acerca da doença dos negros. Imbert dedica parte considerável de seu Manual à análise do corpo escravizado, suas doenças e principalmente possibilidades de intervenção e cura.

Imbert, objetivava intervir no cotidiano da sociedade escravista Imperial, no que tange ao conhecimento do corpo cativo, das moléstias e de como tratá-las. Desta forma, atendia às expectativas de muitos daqueles proprietários. Por meio de seu Manual descrevera práticas e modos de fazer, de curar, indicando procedimentos corretos em casos de fraturas, de sangramentos, de febres, dentre outras enfermidades. Divulga com isso, o seu olhar particular sobre as práticas de cura, não apenas científicas, mas também, culturais. Principalmente, ao citar plantas brasileiras, cotidianamente utilizadas, dando ares científicos a antigos costumes.

---

<sup>63</sup> SIGAUD, J. F. X. Op. Cit., p. 300.

## Considerações finais

No que tange, ao “declínio do poder político do particular rico, em correspondência com o aumento de poder político público, encarnado por órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos”,<sup>64</sup> Mattos aponta que a nova produção fora se constituindo, “privilegiando a política médica” – “conjunto de teorias, políticas e práticas que se aplicam à saúde e bem-estar da população”.<sup>65</sup> A lei que punha fim ao tráfico transatlântico incentivou transformações no uso da mão de obra escravizada, tendo como um dos artifícios poupá-la, o que poderia significar “reservar a mão-de-obra escrava para uma determinada atividade”, ou seja, “sua não utilização em outras atividades que, direta ou indiretamente, derivavam sua existência da atividade agrário-exportadora, e que, em muitos casos, lhe serviam de suporte”,<sup>66</sup> como apontado na análise das tabelas 1 e 2.

Segundo Chalhoub, a lei de 1831 fora feita para ser cumprida e, por isso, diferentes formas de burlá-la foram forjadas, como já mencionado. Imbert apresentara outra, qual fosse: cuidar do corpo escravizado, especialmente quando doente e, do corpo feminino escravizado, objetivando aumentar o patrimônio senhorial. Falava a partir do seu domínio na arte de curar e, acreditava ser possível, por meio do conhecimento do corpo, das principais moléstias e dos modos de curá-lo, não apenas evitar a morte precoce, mas, aumentar a expectativa de vida dos mesmos.

Nesse contexto, acreditamos que, para além dos diferentes elementos empregados para burlar a lei, a medicina ou a política médica, apresentou alternativa relevante: cuidar do corpo escravizado para maximizar sua utilização, num momento de expansão da cultura cafeeira e, de ilegalidade do comércio dessa mão de obra. E cuidar na perspectiva de Jean-Baptiste Alban Imbert significava conhecer sua anatomia, sua constituição física, seu temperamento, sua origem e sua raça.

---

<sup>64</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. Op. Cit. p. 181.

<sup>65</sup> Ibidem. p. 182.

<sup>66</sup> Ibidem. p. 253.

Acreditamos que o pequeno “x”, na perspectiva de Sabina Loriga, na obra selecionada para este estudo, seja a utilização dos conhecimentos médicos acadêmicos de Imbert na maximização do uso da mão de obra escravizada no Império do Brasil que ultrapassavam os cuidados médicos com o corpo enfermo. Essa otimização poderia iniciar-se no momento da compra, por meio do conhecimento daquele corpo, sua origem, temperamentos e marcas, estendendo-se à arte de curar, por meio da relação intrínseca entre o conhecimento acadêmico e o popular. Da mesma forma, mediante o domínio da ciência sobre o corpo feminino, a gravidez, o parto e os primeiros anos de vida de uma criança. Os demais manuais médicos, mesmo ao estudar e discorrer sobre doenças de escravizados, não se direcionaram tão diametralmente conforme o de Imbert, para preservar o patrimônio senhorial, ainda que seu fim fosse este mesmo.

As características físicas dos escravizados, estavam diretamente relacionadas ao local de nascimento na África e, portanto, a boa ou má qualidade para o trabalho. Neste contexto, não se deveria confundir negros nascidos no Alto Guiné, ou Costa do Ouro, com os nascidos no Baixo Guiné, ou Reino do Congo. Afinal, confundi-los significava fazer uma escolha ruim: “os negros da Costa do Ouro são reputados os melhores escravos, e são, à exceção dos Minas, estatura regular, fortes, bons trabalhadores, sóbrios e orgulhosos: o Mina é alto, bem conformado, e de aspecto altivo”. Ao contrário, os negros do Baixo Guiné, ou Reino de Benguela, “são de estatura baixa, e peito comprido e reforçado”, tendo natureza inimiga do trabalho. A exceção seriam as negras do Congo, posto que “merecem estima, porque costumadas no seu país a cultivar a terra, são em geral laboriosas”.<sup>67</sup> Ser forte e bom trabalhador seriam pressupostos relevantes para a boa compra. Mas, a promulgação da Lei de 1831 não permitiria tantas opções, o tráfico passou a ser ilegal, dificultando preferências.

O Manual do Fazendeiro teve o segundo título dedicado a algumas noções elementares do estudo da fisiologia, bem como, um esboço de anatomia humana, para melhor compreensão dos fenômenos da vida. Embora Imbert reconheça as dificuldades de fazê-lo, posto que, “em verdade, os conhecimentos anatômicos só

---

<sup>67</sup> IMBERT, J. B. A. Op. Cit., p. 2

se adquirem positivamente com frequência, e à custa dos trabalhos penosos e assíduos do anfiteatro”,<sup>68</sup> tenta apresentar ao leitor elementos úteis, em casos de determinadas moléstias. Ciência da “competência dos olhos”, a anatomia seria cara para a compreensão do corpo humano e, não sendo possível ao médico descrevê-la, versaria sobre pontos fundamentais e úteis, segundo seu julgamento, para a manutenção da vida e da saúde. Os sinais que indicariam defeitos tentam prevenir a compra de escravizados que, para além de não serem bons trabalhadores, pudessem desenvolver moléstias prejudiciais à produção da fazenda como, por exemplo, o mau caráter, podendo ser associados às doenças fingidas, às doenças respiratórias, de estomago ou elefantíase. Observar o corpo escravizado e os defeitos listados por Imbert denotariam comprar um trabalhador com as condições “mais favoráveis para a saúde, e aos serviços penosos que dele se esperam”.

### **Fontes**

Certidões Civis. Archives Départementales du Var. Draguignan, França.

IMBERT, J. B. A. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1839.

\_\_\_\_\_. **Uma palavra sobre o Charlatanismo e os charlatões**. Rio de Janeiro: Typ. de J. S. 1847.

SIGAUD, J.F.X. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

### **Jornais e Revistas**

**Diário do Rio de Janeiro**. Edição 6819. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Revista Médica Fluminense**. Biblioteca Nacional, 1835-1841.1837. P. XI.

---

<sup>68</sup> IMBERT. Manual. Op. Cit. Título II, capítulo V, sessão V. p. 53.

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Carlos da Silva. **Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Continente, 1979.
- DULIEU, Louis. **La Medecine a Montpellier**. Tome IV. De la Première a la Troisième République. 2. parte. Avignon: les Presses Universelles, 1988-1990.
- EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos Costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Ciência Médica e Medicina Popular nas páginas dos Periódicos Científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina: discurso do Collège de France, 14 de Janeiro de 1976. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- SALLES, Ricardo. **E o Vale era o Escravo. Vassouras, séculos XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHMIDT, Benito. Grafia da Vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História UNISINOS**, v. 8, n. 10, p. 131-142, jul/dez 2004.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na Rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungú**: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

STANLEY, Stein. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880)**: hierarquias raciais, sociais e simbolismos. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História.  
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea  
Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22451-000  
Brasil

Recebido: 08/05/2018  
Aprovado: 29/06/2018